

# Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana





As agendas globais de desenvolvimento sustentável e os acordos, por exemplo, Agenda 2030 e os ODS, a Nova Agenda Urbana (NAU), o Acordo de Paris, a Agenda de Ação de Adis Abeba e o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres permitem e reorientam práticas e estratégias que podem potencializar as ações locais.

Essas Agendas também auxiliam os países a enfrentarem os desafios socioeconômicos e as desigualdades sociais para realinhar a urbanização e suas implicações no território urbano e rural como uma oportunidade ao desenvolvimento sustentável.

É fundamental os Municípios adotarem as agendas de desenvolvimento, considerando suas capacidades técnicas e financeiras em implementá-las.

## Você Sabia

Por que fortalecer essas agendas globais de desenvolvimento sustentável?



- Promove o Direito à Cidade
- Oportunidades de acelerar e auxiliar os governos municipais em fomentar parcerias;
- Proporcionam oportunidades de financiamentos internacionais;
- Oportunidades de financiamento e investimento local.

**Vamos conhecer o que são as Agendas 2030 e a Nova Agenda Urbana!**

# O que é a Agenda 2030?

Documento internacional aprovado em 2015 pelos países que integram as Nações Unidas com o objetivo de elevar o desenvolvimento global, com a cooperação entre governos nacional e internacional, agentes e a sociedade civil.

## Estrutura da Agenda 2030



## Saiba um pouco sobre Agenda 2030

Possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 231 indicadores para monitorar e medir o progresso das 169 metas a serem atingidas até 2030.

## Conheça os 5 Ps da Agenda

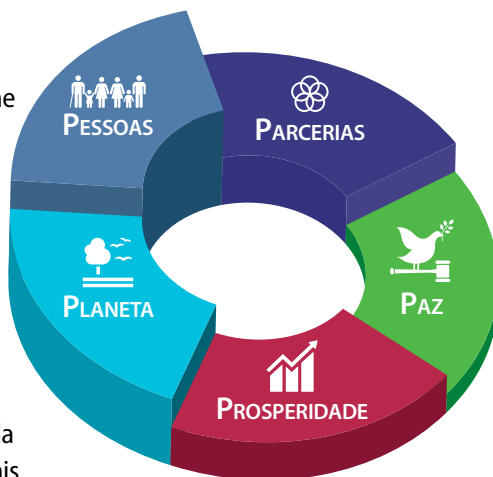
**Pessoas** – Erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade

**Prosperidade** – Garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza

**Paz** – Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas

**Parcerias** – Implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida

**Planeta** – Proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras.



# A Nova Agenda Urbana

A Nova Agenda Urbana (NAU), aprovada em 2016 na **III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III)**, Quito, Equador, contém 175 princípios e visa a orientar sobre a urbanização sustentável para os próximos 20 anos.

## Os pilares da Nova Agenda Urbana (NAU)



Essa agendas não são novas demandas a serem executadas pelos governos municipais, mas ferramentas que auxiliam nas estratégias de políticas e ações que fomentem a sustentabilidade.



A **Agenda 2030** e a **Nova Agenda Urbana** não são uma responsabilidade apenas do gestor local, todos os setores precisam estar integrados e empenhados em fomentar ações, programas, políticas alinhados com os princípios dessas agendas.

Os Municípios têm papel-chave nessas agendas, uma vez que formulam políticas locais aderentes às realidades de suas comunidades. Por isso, a disseminação dessas agendas precisa envolver todas as secretarias da prefeitura, apoio estadual, federal e participação dos munícipes.

São fundamentais para o alcance das metas, dos indicadores e dos princípios estabelecidos por essas agendas:

- fortalecimento de políticas nacionais;
- apoio aos arranjos e mecanismos de governança nas três esferas de governo.

# Por onde começar?

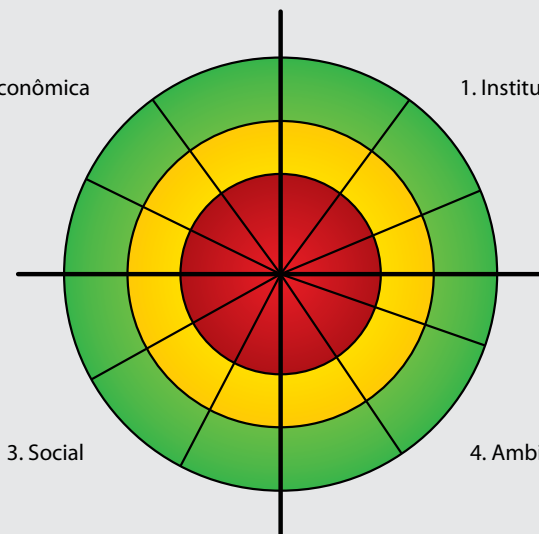
## Junte-se a nós

Conheça o projeto da CNM **ODS nos Municípios** e as ações da CNM para a Nova Agenda Urbana.



2. Econômica

1. Institucional



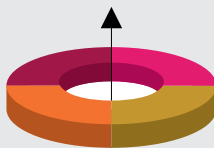
3. Social

4. Ambiental

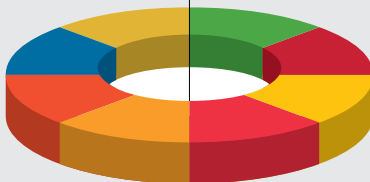
**1**  
INSTITUCIONAL



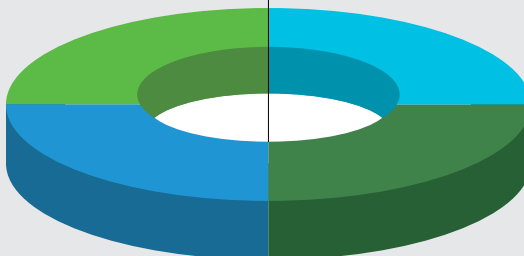
**2**  
ECONÔMICA



**3**  
SOCIAL



**4**  
AMBIENTAL



# OS ODS E SEU DIÁLOGO COM A NOVA AGENDA URBANA

Veja as conexões que seu Município pode realizar!



Acabar com a pobreza em todas as suas formas, seja em área urbana ou rural.

## Nova Agenda Urbana e o enfrentamento da pobreza

Mapear as áreas de risco e promover ações de prevenção e mitigação.

Fortalecer o trabalho social nos programas de moradia oportuniza a equidade de gênero, uma vez que 40,5% dos domicílios brasileiros são chefiados pelas mulheres.

O fortalecimento do trabalho social viabiliza a criação de outros dispositivos e programas sociais que permitem a geração de renda.

O planejamento urbano pode melhorar a localização dos projetos habitacionais integrados aos serviços urbanos criando redes oportunidades.

Você Sabia!

O Município de Petrópolis (RJ) em parceria com o governo japonês promove ações de mapeamento de riscos para prevenção dos desastres!

## Nova Agenda Urbana e o ODS 2

As áreas ociosas em comunidades de baixa renda podem se transformar em espaços de hortas urbanas e periurbanas, gerando convivência social, alimentos e renda.

O Município pode reivindicar os pleitos de fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural na esfera estadual. Essas ações melhoram as condições de vida da população rural e urbana.

O plano diretor e outras ferramentas de ordenamento territorial podem melhorar o controle da ocupação e, assim, proteger as áreas rurais destinadas às práticas de agricultura familiar.

As prefeituras podem estimular, fomentar e facilitar o pequeno produtor a acessar o crédito rural.

Você Sabia!

O Município de Bauru (SP) transforma áreas ociosas em hortas urbanas!

## Nova Agenda Urbana e o ODS 3

O ordenamento territorial das cidades influencia os deslocamentos e consequentemente impacta no aumento ou na redução de ferimentos, mortes decorrentes de acidentes em estradas.

Melhorar o acesso da população aos espaços públicos, atividades de lazer e esportivas em sua comunidade beneficia a saúde coletiva da população.

A preservação e a melhoria da qualidade ambiental têm relação direta com a saúde. Tendo em vista que a falta de saneamento básico e o descarte inadequado de resíduos sólidos e efluentes sem tratamento impactam no aumento de doenças.

A moradia adequada com acesso a saneamento e energia é um dos fatores determinantes para a melhoria da saúde coletiva nas cidades.

## Nova Agenda Urbana e o ODS 4

Melhor planejar a localização dos equipamentos educacionais facilita o acesso da população. Lembre-se: educação de qualidade anda junto com o plano diretor!

Definir critérios e conhecer a demanda de atendimento dos bairros para a instalação de equipamentos educacionais podem reduzir os índices de vulnerabilidade dos jovens.

A distribuição de forma mais igualitária dos equipamentos educacionais no território evita a concentração em determinadas áreas e minimiza os deslocamentos, além de reduzir o gasto das famílias de baixa renda.

Os Municípios em cooperação com os Estados, os setores privados e não governamentais podem promover ações educativas que estimulem a participação popular dos cidadãos na construção de uma cidade mais justa.



Tem por objetivo acabar com todas as formas de fome e má-nutrição até 2030, de modo a garantir que todas as pessoas tenham acesso a uma alimentação adequada.



Tem como metas a expectativa de vida, o acesso aos serviços de saúde, o bem-estar da saúde da população e a prevenção de doenças.



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem



Tem por objetivo o fim da discriminação e da violência contra meninas e mulheres; busca uma cultura de respeito e reformas que levem a direitos iguais à propriedade, ao controle sobre a terra, aos recursos financeiros e trabalhistas.



Visa a garantir o direito humano à água potável e a gestão sustentável dos recursos hídricos.



Trata do acesso às diferentes fontes de energia, principalmente às renováveis, eficientes e não poluentes.



Visa à ampliação do trabalho decente e a ações para o combate ao desemprego entre jovens, às desigualdades de renda, ao trabalho infantil, ao trabalho forçado e ao tráfico de pessoas.

## Planejamento, gestão urbana e questão de gênero

Estabelecer mecanismos de participação da mulher nos processos decisórios de planejamento e gestão urbana é fundamental para que os espaços urbanos sejam mais acolhedores, seguros e inclusivos.

As mulheres chefiam mais de 40% dos domicílios no Brasil. Promover a inclusão das mulheres nas ações de planejamento urbano e rural do território contribui para melhorar a segurança de todos.

Fortalecer o papel da mulher nos conselhos políticos e em eleições locais assegura representatividade na política e nos processos decisórios locais.

O planejamento urbano pode melhorar a localização dos projetos habitacionais integrados aos serviços urbanos, com redes de oportunidades reduzindo a vulnerabilidade das mulheres.

Mapear áreas de risco no Município para meninas e mulheres e priorizar a adequação desses espaços para uma cidade segura para mulheres e meninas.

Você Sabia!

Florânia (RN), Caicó (RN), Santana dos Matos (RN), Jucurutu (RN), Tabira (PE), Calumbi (PE), Serra Talhada (PE) e Carnaíba (PE) instituíram grupos de trabalhos, leis, pactos municipais que promoveram o empoderamento da mulher na Política a partir do Projeto da CNM Mulheres Seguras.

## Planejamento e gestão urbana e a água

Integrar os instrumentos urbanos com os mecanismos de gestão ambiental são fundamentais para o acesso à água em área urbana e rural. Essa é uma competência do Município de melhor regular o uso do solo para gerir os recursos hídricos.

Assegurar o acesso à água potável contribui para a redução de doenças, em especial, das crianças de 0 a 5 anos.

O fortalecimento das pautas municipalistas assegura uma gestão eficiente, fortalece os mecanismos de governança da água e diversifica os instrumentos de financiamento.

Estimular na comunidade o uso consciente dos recursos hídricos como: o reaproveitamento ou reúso da água são medidas relevantes, seja nas áreas urbanas, periurbanas e rurais. Essas ações podem ser integradas aos ODS 2, 3 e 4.

Você Sabia!

O Município de Santo Antônio do Pinhal (SP) está implementando o Projeto Águas da Mantiqueira em que integra planejamento urbano com disponibilidade hídrica para dimensionar o uso e ocupação do solo.

## Planejamento e gestão urbana e a energia

A delimitação pelos Municípios das áreas de expansão urbana deve vir acompanhada por um zoneamento energético, a fim de verificar a capacidade de energia a ser demandada, o potencial local e o incentivo de energias limpas.

Verificar a potencialidade energética da região é fundamental para planejar as fontes de energias renováveis, por exemplo: parque eólico, solar, biomassa, maremotriz (energia das marés).

Ações para priorizar transporte coletivo e ativo (bicicleta, tração animal). Essas medidas são estímulos para reduzir o transporte individual, gerar redução no consumo de energia e emissão de gases nocivos.

Estimular a comunidade e os setores produtivos ao uso consciente da energia.

Você Sabia!

O Município de Maragogi (AL) inaugurou em 2016 a Praça dos Cabanos com adoção de sistema de abastecimento de energia solar!

## Planejamento urbano e o mundo do trabalho

O gestor, ao promover o planejamento turístico, mobiliza uma série de cadeias produtivas locais e regionais, contribuindo para a geração de empregos, a redução da pobreza e a promoção da inclusão social e produtiva.

As atividades turísticas e de serviços integradas com o planejamento municipal contribui para a revitalização dos espaços públicos, valorização do patrimônio imaterial e da paisagem cultural.

Fortalecer as ações e as campanhas de prevenção à exploração sexual e ao trabalho forçado nos equipamentos de turismo rurais e urbanos.

A capacitação da comunidade nas atividades turísticas é uma oportunidade de gerar emprego para os jovens e inclui-los no setor produtivo.



Trata do desenvolvimento da infraestrutura, da industrialização de qualidade, com inovação, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça.



Refere-se às questões relacionadas às desigualdades mundiais e visa a reduzir os índices de concentração de riqueza interna e as externas dentro dos países e entre eles.



Trata de maneira integrada com os demais ODS do Direito à Cidade. Temas como urbanização de favelas, gestão dos resíduos sólidos, saneamento, mobilidade urbana, planejamento e gestão urbana estão relacionados com a busca de metas para cidades mais sustentáveis e resilientes.



Trata da produção e do consumo de forma sustentável e do uso eficiente dos recursos naturais nas cadeias produtivas locais e globais.

## Gestão urbana e setor produtivo

O uso de drones, fotografias e mapas digitais contribui para o mapeamento das áreas formais e informais e otimiza os recursos da prefeitura.

A provisão de infraestrutura urbana, por exemplo, de redes viárias de qualidade, atrelada aos setores produtivos, minimiza os gargalos de circulação e o escoamento de mercadorias e pessoas.

A capacitação de gestores locais na elaboração de projetos, licitações e no monitoramento das obras de infraestrutura dá celeridade para desenvolver as atividades com eficiência.

O Município em parceria com o setor privado e outros atores governamentais podem estimular uma rede de transporte sustentável, reduzindo as emissões de gases poluentes.

## Gestão urbana e redução das desigualdades

Fortalecer as trocas de conhecimento e boas práticas na área de planejamento urbano entre as municipalidades latino-americanas assegura igualdade de oportunidades e redução da pobreza.

O fortalecimento das agendas regionais viabiliza a diversificação econômica e incide na redução das desigualdades inter e intrarregionais.

Aprimorar a qualidade dos serviços de saúde, educação e serviços urbanos melhora o bem-estar da comunidade.

O apoio dos prefeitos e gestores à CNM fortalece os pleitos municipalistas no Brasil e as vozes dos governos locais no mundo.

## Nova Agenda Urbana e ODS 11

A integração de políticas e planos setoriais de habitação, saneamento, mobilidade urbana, defesa civil, alinhados ao plano diretor e à legislação urbana, fortalece o desenvolvimento territorial e a captação de investimentos.

A promoção de ações de regularização fundiária promove o direito à cidade e pode ampliar as receitas locais.

Fomentar e ampliar recursos locais, nacionais, federais e internacionais para a urbanização de favelas assegura a inclusão de 11,4 milhões de cidadãos à cidade formal.

O Brasil possui um déficit habitacional de 6,2 milhões de moradias. O Município, ao promover uma regulamentação do solo adequada e integrada ao plano diretor – por exemplo, delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) integradas com outros instrumentos –, pode ampliar e assegurar a oferta de terras urbanizadas para a produção de habitação de interesse social.

Você Sabia!

Os Municípios de Maceió (AL), Nova Odessa (SP), Jaguariúna (SP), Palmas (TO) e Canoas (RS) se destacam nos investimentos na melhoria dos espaços públicos com os recursos captados pelo IPTU.

## O território e o consumo sustentável

Fomentar campanhas contra o desperdício de alimentos. Você sabia: Anualmente, o mundo desperdiça mais de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos.

O estímulo à implantação de obras de infraestrutura com redução de resíduos, geração máxima de reciclagem e recuperação energética são pautas que os Municípios em parceria com a CNM fortalecem na esfera Federal. Junte-se a nós!

Ampliar as políticas locais de descarte adequado e inovação contribui para a conservação dos recursos naturais.

O Município pode estimular o consumo sustentável com inserção de critérios de sustentabilidade em seus processos licitatórios, fortalecendo as compras públicas sustentáveis, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais.



Visa à implementação de medidas urgentes para o combate às mudanças climáticas, ao fortalecimento da resiliência das cidades e à capacidade de adaptação das pessoas diante das mudanças climáticas.



Trata-se da conservação e do uso sustentável dos ecossistemas dos oceanos, mares e dos recursos marinhos, de forma a reduzir a poluição e o seu uso predatório.



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade



Assegurar à Justiça a segurança pública e a promoção de uma sociedade mais pacífica.



São mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030: recursos financeiros, recursos humanos, recursos tecnológicos, gestão, monitoramento e informação.

## O território e o consumo sustentável

O Município, ao integrar em sua legislação urbana/ambiental uma gestão adequada dos recursos hídricos e dos sistemas de drenagem, minimiza riscos de deslizamentos e inundações.

A manutenção de obras e da infraestrutura urbana por meio do fortalecimento da legislação local assegura padrões de fiscalização, responsabilidades e manutenção das construções, evitando insegurança, quedas e, ao mesmo tempo, fomentando mecanismos de adaptação às mudanças climáticas.

O Município, ao mapear e monitorar as áreas de riscos, terá melhor subsídio para a tomada de decisão na elaboração de seus planos setoriais.

O Município pode buscar parcerias com os empresários locais, o setor privado, a comunidade e os atores governamentais a fim de adotar medidas que reduzem os riscos, dessa forma, toda a comunidade estará mais bem adaptada e envolvida para o enfrentamento das mudanças climáticas.

## Nova Agenda e vida marinha

O Município, ao fortalecer a educação ambiental, a fiscalização das praias e dos espaços turísticos, contribuirá para a proteção da vida marinha e para a redução da poluição.

O Município, ao elaborar estratégias de descarte adequado de resíduos em áreas próximas aos portos marítimos e dos equipamentos direcionados ao escoamento da produção, contribuirá para reduzir a poluição nos mares e nos oceanos.

O Município, ao incentivar estratégias que fortaleçam as comunidades de pescadores, contribuirá para a melhora na qualidade de vida e para a promoção do turismo sustentável.

Os espaços urbanos próximos às áreas portuárias devem ser objeto de políticas urbanas integradas, a fim de evitar a expulsão das comunidades de pescadores.

## Nova Agenda e vida terrestre

Definir na legislação local as áreas de expansão urbana reduz a pressão do crescimento urbano não planejado e evita o desmatamento das florestas.

Fortalecer a implementação da legislação ambiental local combate a caça ilegal e o tráfico de espécies.

Fomentar atividades sustentáveis com a população local.

O fortalecimento da gestão pública municipal e a fiscalização reduzem atividades ilegais.

## Nova Agenda e mundo seguro e inclusivo

A universalização dos serviços básicos, a promoção da urbanização de favelas e a inclusão do território rural e seus atores geram sociedades inclusivas e pacíficas.

Democratizar o acesso à justiça e assegurar sua efetivação às classes menos favorecidas.

A inclusão da sociedade nas estratégias de segurança municipal promove participação e empoderamento das comunidades tradicionais e excluídas.

Fortalecer a mediação e a conciliação comunitária.

## Integração dos meios de implementação com as agendas globais

O Município precisa integrar a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana nas secretarias de governo, definir responsabilidades, indicadores e metas locais, liderança e parcerias locais.

Assegurar a participação da sociedade civil na agenda local é fundamental.

Governos federais e estaduais precisam definir recursos e apoio técnico para a capacitação local.

Incluir as agendas sustentáveis nos planos orçamentários federal, estadual e locais e gerir os recursos com transparência são fatores determinantes para os avanços das metas locais a médio e longo prazo.





## Contatos:

Área Técnica de Planejamento Territorial e Habitação/CNM  
(61) 2101-6039  
habitacao@cnm.org.br

## Autoria:

Karla França



[www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)

